

Seção V
Da Frequência Escolar

Art. 55 - Os mecanismos de frequência escolar serão da responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento Educacional através da verificação pelos professores e o acompanhamento e tratamento estatístico-pedagógico, envolvendo os setores competentes.

§ 1º - Nos cursos técnicos presenciais oferecidos pela Escola será observada a exigência de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação;

§ 2º - A Escola oportunizará outros mecanismos de controle de frequência escolar, aprovados pela Direção Geral, ouvido o Corpo Docente, observando-se:

- I - diversidade da clientela profissional escolar e das modalidades e níveis de educação profissional;
- II - oferta de ensino não presencial;
- III - mecanismos de educação continuada;
- IV - variedade de organização didática dos cursos: seriado, semestral, modular, em etapas, ciclos, entre outros;
- V - objetivos, conteúdos, metodologia e instrumentos de avaliação da aprendizagem.

Capítulo X
Da Comunidade Escolar

Art. 56 - O corpo docente da Escola é composto pelos professores regidos pela Lei nº 8.112 de 11/12/90 e por outros admitidos na forma da legislação específica.

Art. 57 - O corpo administrativo da Escola é composto por servidores administrativos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e por outros admitidos na forma de legislação específica.

Art. 58 - O corpo discente será composto por alunos matriculados em cursos regulares e demais cursos de níveis e modalidades de educação.

Parágrafo único - os alunos em estágio curricular compõem o corpo discente da Escola.

Art. 59 - O Conselho Diretor da Escola disporá, em regulamentos específicos, atendendo às determinações da legislação existente, sobre regime disciplinar, direitos e deveres dos corpos docente, administrativo e discente, pais, associações, empresas, parceiros e da comunidade em geral, que passam a ser parte integrante deste Regulamento.

Capítulo XI
Do Patrimônio e dos Recursos FinanceirosSeção I
Do Patrimônio

Art. 60 - O patrimônio da Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim - PE, é constituído:

- I - pelos bens móveis, imóveis que se constituem de suas terras, prédios e instalações e semoventes;
- II - pelos bens e direitos por elas adquiridos com seus recursos;
- III - pelos legados e doações regularmente aceitos;
- IV - pelos saldos de renda própria ou de recursos orçamentários, quando transferidos para sua conta patrimonial.

Seção II
Recursos Financeiros

Art. 61 - Os recursos financeiros da Escola Agrotécnica Federal são provenientes de:

- I - dotações que lhe forem anualmente consignadas no orçamento da União;
- II - dotações, auxílios e subvenções que lhes venham a ser concedidos pela União, Estados ou Municípios, ou por qualquer entidade pública ou particular ou por pessoa física;
- III - remuneração de serviços prestados a entidades públicas ou particulares, mediante contrato ou convênio específicos;
- IV - venda de produtos agropecuários, agroindustriais e outros, resultantes do processo de ensino-aprendizagem, desenvolvidos nos projetos da Escola-Fazenda;
- V - valores de contribuições, emolumentos e prestação de serviços fixados pelo Conselho Diretor, observada a legislação pertinente;
- VI - resultado das operações de crédito e juros bancários;
- VII - receitas eventuais;
- VIII - alienação de bens móveis;

Capítulo XII
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 62 - A Escola poderá dispor de restaurante e alojamento para uso de alunos internos, semi-externos e outros, mediante critérios e valores a serem estabelecidos pelo Conselho Diretor, como previsto no item IV do Art. 24.

Parágrafo único - Os serviços previstos no caput deste artigo poderão ser, por definição do Conselho Diretor, oferecidos pela própria Escola ou através de contrato de prestação de serviço de terceiros.

Art. 63 - A Escola poderá estabelecer parcerias com outras instituições, públicas ou privadas, visando a expansão da oferta de ensino técnico, dentro ou fora de sua sede, observadas as diretrizes fixadas pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Parágrafo único - Para o estabelecimento das parcerias de que trata o caput, a Escola observará, obrigatoriamente, os limites de seus recursos materiais e humanos, de forma a manter o padrão de qualidade do ensino oferecido.

Art. 64 - A Escola poderá instituir Conselhos de Alunos, de Classe e de Professores, entre outros, de acordo com as suas necessidades, com normas próprias, aprovadas pelo Conselho Diretor da Escola.

Art. 65 - A Escola poderá aceitar o regime de concomitância interna dos alunos matriculados nos cursos de educação profissional das áreas de agropecuária e agroindústria.

Art. 66 - A Escola poderá associar-se a Cooperativa-Escola que atuará como componente pedagógico do currículo, observadas a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e seus respectivos atos de regulamentação.

Art. 67 - A Escola Agrotécnica Federal poderá relacionar-se com fundações de direito privado, com objetivo de oferecer apoio às atividades de extensão e pesquisa.

Parágrafo único - O relacionamento de que trata o caput, observará as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações pertinentes.

Art. 68 - As normas de caráter pedagógico, técnico-administrativo e disciplinares, dentre outras, emanadas dos órgãos competentes serão incorporadas neste Regulamento.

Art. 69 - Todos os atos de divulgação, publicação e utilização do espaço da Escola estão sujeitos à aprovação da Direção Geral.

Art. 70 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regulamento serão dirimidas pelo Diretor Geral da Escola, e em grau de recurso, pela Secretária de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e do Desporto.

(Of. El. nº 216/98)

PORTARIA Nº 918, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 515/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.006447/96-11, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Medicina Veterinária, a ser ministrado pela Faculdade de Veterinária da União Pioneira de Integração Social, mantida pela União Pioneira de Integração Social, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 919, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 502/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.006245/97-70, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer, pelo prazo de cinco anos, o curso de Engenharia de Computação, ministrado pela Universidade Federal de São Carlos, mantida pela Fundação Universidade Federal de São Carlos, com sede na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 920, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 500/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.008175/97-67, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer, pelo prazo de cinco anos, o curso de Direito, ministrado pelas Faculdades Integradas do Centro de Ensino Unificado do Maranhão, mantidas pelo Centro de Ensino Unificado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 921, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 509/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23030.006924/97-19, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer, pelo prazo de quatro anos, o curso de Engenharia Civil, ministrado na cidade de Sant'Ana do Livramento, pela Universidade da Região da Campanha, mantida pela Fundação Átila Taborda, com sede na cidade de Bagé, ambas as cidades no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 922, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro da Educação e do nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 468/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.006322/96-38, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Administração, Habilitação Administração Geral, a ser ministrado pela Faculdade de Angra dos Reis, mantida pela Associação Brasileira de Ensino, com sede na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 923, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 433/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.007968/96-41, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado pela Faculdade Compacto de Ciências Gerenciais, mantida pelo Instituto Compacto de Ensino Superior e Pesquisa, na região administrativa X - Guará Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 924, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 501/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.017643/96-11, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Curso Superior de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas no Ensino de 2º Grau - Esquema I, ministrado na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Paraná, em convênio com a Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo, apenas para efeito de registro de diploma dos quinze alunos concluintes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 925, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 505/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.009116/93-18, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Letras, licenciatura plena, com Habilitações em Português/Espanhol e Português/Inglês e respectiva Literaturas, ministrado pela Universidade Federal do Maranhão, unidade localizada na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão, apenas para efeito de registro de diploma dos vinte e seis alunos concluintes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 926, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 506/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.006466/97-39, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer, pelo prazo de três anos, o curso de Tecnologia em Processamento de Dados, ministrado pela Faculdade de Engenharia Einstein, mantida pela Associação Limeirense de Educação e Cultura, com sede na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 927, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 331/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23001.000192/96-10, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:



Art. 1º Reconhecer, pelo prazo de quatro anos, o curso de Secretariado Executivo, ministrado pela Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 928, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 507/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.0101999/96-87, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer, pelo prazo de cinco anos, o curso de Educação Física, licenciatura plena, ministrado pela Universidade Vale do Paraíba, mantida pela Fundação Valeparabiana de Ensino, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

PORTARIA Nº 929, DE 21 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 438/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.000828/97-13, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer, pelo prazo de cinco anos, o curso de Ciência da Computação, ministrado pelo Centro Universitário do Triângulo, mantido pela Associação de Ensino do Triângulo, com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

(Of. PL nº 217/98)

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 20 de agosto de 1998

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 379/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento, pelo prazo de dois anos, do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, Radialismo e Publicidade e Propaganda, ministrado pela Universidade Federal de Mato Grosso, mantida pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, com sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, conforme consta do Processo nº 23020.000512/97-30.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 434/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento, pelo prazo de três anos, do curso de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, ministrado pela Faculdade Varzeagrandense de Comunicação Social, mantida pela Associação Varzeagrandense de Ensino e Cultura, com sede na cidade de Varzea Grande, Estado do Mato Grosso, com oitenta vagas totais anuais, em duas turmas, no turno noturno, conforme consta do Processo nº 23000.016895/96-61.

Em 21 de agosto de 1998

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 505/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento do curso de Letras, licenciatura plena, com Habilitações em Português/Espanhol e Português/Inglês e respectivas Literaturas, ministrado pela Universidade Federal do Maranhão, na unidade localizada na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão, apenas para efeito de registro de diploma dos vinte e seis alunos concluintes, relação em anexo, conforme consta do Processo nº 23000.009116/93-18.

- 01 - ALCILENE SILVA CABRAL
- 02 - BENIGNO ARAÚJO DIAS
- 03 - CARLOS ALBERTO COSTA DA LUZ
- 04 - CILDILENE PEREIRA DE SOUSA
- 05 - ELIÚDE COSTA PEREIRA
- 06 - ELVIRA PEREIRA
- 07 - HILÁRIO NUNES DA SILVA
- 08 - JORGE JOÃO SOARES BARROS
- 09 - JOSÉ ALBERTO LIMA SILVA
- 10 - JOSÉ ALFREDO CASTRO DE MORAES
- 11 - JOSÉ INÁCIO MACHADO DE ALMEIDA
- 12 - JOSÉ RAIMUNDO SOARES
- 13 - LAURILENE DE SOUZA RIBEIRO
- 14 - LOUISIANNE HELENA GUTERRES CORRÊA
- 15 - LUCIA HELENA GUTERRES CASTRO
- 16 - LURDILENE FERREIRA PEREIRA
- 17 - MARIA ANTONIA MELO DA SILVA
- 18 - MARIA DE FÁTIMA SÁ MARTINS
- 19 - MARIA DE JESUS MOREIRA MARTINS
- 20 - MARIA JOANA PEREIRA
- 21 - MARIA TERESA DIAS LOBATO
- 22 - MARINILDE DA CONCEIÇÃO FRANÇA FERREIRA
- 23 - MEIRE LOURDES PEREIRA ALMEIDA
- 24 - ROSA DE MARIA SARGES LIMA
- 25 - SÔNIA MARIA FERREIRA FRASÃO
- 26 - TERESINHA DE JESUS PEREIRA DE SOUZA

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 004/98 da Secretaria de Educação Superior emitido no exercício da competência que lhe foi delegada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Parecer nº 23/96, favorável à convalidação dos estudos realizados pela aluna Lucilene Leite Lima, no curso de Medicina da Universidade Gama Filho, no período compreendido entre 1990 a 1997, conforme consta do Processo nº 23026003062/98-21.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 117/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que determina a restituição do processo nº 23123.004744/97-81 à Fundação Universidade do Tocantins, para que se exerça a competência estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (Processo nº 23123.004744/97-81).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 168/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que acata a possibilidade de Tecnólogo de Processamento de Dados ministrar como professor substituto, temporariamente, disciplinas da área de Computação, caracterizando excepcionalidade restrita ao sistema federal de ensino, conforme consta do Processo nº 23001.000617/97-16.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 451/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que responde consulta formulada pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso, sobre a Portaria MEC nº 228/96 frente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conforme consta do Processo nº 23001.000190/98-56.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 331/98 do Conselho Pleno da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento, pelo prazo de quatro anos, do curso de Secretariado Executivo, ministrado pela Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, com oitenta vagas totais anuais, distribuídas em duas turmas, conforme consta do Processo nº 23001.000192/96-10.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 501/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento do Curso Superior de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas no Ensino de 2º Grau - Esquema I, ministrado na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, em convênio com a Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo, apenas para efeito de registro de diploma dos quinze alunos concluintes, relação em anexo, conforme consta do Processo nº 23000.017643/96-11.

- 01 - ALBERTO ILHA COUTO
- 02 - ANA ZULIMAR ARAÚJO MAGALHÃES DA SILVA
- 03 - ANNE ANDRÉA DOCKHOR MARX
- 04 - ELIMAR ELENIO FLECK
- 05 - MARCELO CEZIMBAR DAS CHAGAS
- 06 - MARCELO XAVIER TOZZI
- 07 - MARIA APARECIDA DA LUZ FEVERHARMEL
- 08 - OTÍLIA MORAES LIMA DE SOUZA
- 09 - PAULO ROBERTO DA SILVA DE SÁ
- 10 - RAQUEL TERESINHA CZAMANSKI
- 11 - REINALDO AFRONSO ROCKENBACH HENDGES
- 12 - ROMEU VILMA STRASSBURGER
- 13 - SÉRGIO HERTZ
- 14 - SILVANA HAUBRICH BRAUM
- 15 - VICTOR AUGUSTO BERGER

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 003/98 da Secretaria de Educação Superior emitido no exercício da competência que lhe foi delegada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Parecer nº 23/96, favorável à convalidação dos estudos realizados pelo aluno Tony Geraldo Carneiro, no curso de Direito da Universidade de Uberlândia, no período de 1993 a 1996, bem como a reativação de sua matrícula, conforme consta do Processo nº 23018.010360/97-96.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 502/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento, pelo prazo de cinco anos, do curso de Engenharia de Computação, ministrado pela Universidade Federal de São Carlos, mantida pela Fundação Universidade Federal de São Carlos, com sede na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, com trinta vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23000.006245/97-70.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 500/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento, pelo prazo de cinco anos, do curso de Direito, ministrado pelas Faculdades Integradas do Centro de Ensino Unificado do Maranhão, mantidas pelo Centro de Ensino Unificado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, com trezentas e vinte vagas totais anuais, distribuídas em duas turmas de cinquenta alunos e uma turma de sessenta alunos, nos turnos diurno e noturno, conforme consta do Processo nº 23000.008175/97-67.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 343/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento, pelo prazo de cinco anos, do curso de Ciência da Computação, ministrado pelo Centro Universitário do Triângulo, mantido pela Associação de Ensino do Triângulo, com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, com sessenta vagas totais anuais, no turno noturno, conforme consta do Processo nº 23000.000828/97-13.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 515/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização para funcionamento do curso de Medicina Veterinária, a ser ministrado pela Faculdade de Veterinária da União Pioneira de Integração Social, mantida pela União Pioneira de Integração Social, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, com oitenta vagas totais anuais, distribuídas em duas turmas de quarenta alunos cada uma, no turno diurno, período integral, conforme consta do Processo nº 23000.006447/96-11.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 413/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável à extinção da Habilitação em Educação Moral e Cívica, do curso de Estudos Sociais, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras "Dom Domênico", em Guarujá/SP, mantida pela Sociedade Amparo aos Praianos do Guarujá, autorizando ainda o remanejamento de suas sessenta vagas para o curso de Pedagogia, que passa a dispor de cento e sessenta vagas totais anuais, mantendo, ainda, a anulação das sessenta matrículas já efetuadas, referendando o veto imposto pela DEMEC/SP, conforme consta do Processo nº 23001.000414/97-21.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer CES nº 425/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que responde consulta formulada pela Universidade Federal do Paraná sobre experiência docente para a diplomação do licenciado em Pedagogia e sobre oferta da disciplina Educação Física em seus cursos superiores, conforme consta do Processo nº 23001.000121/98-33.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 366/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável à retificação do Parecer CNE nº 231/98, homologado por Despacho Ministerial, publicado no Diário Oficial de 25 de maio de 1998, Seção 1, página nº 02, que passa a vigorar com a seguinte redação: "favorável à autorização para funcionamento do curso de Pedagogia, habilitação em Matérias Pedagógicas do Ensino Médio e Supervisão na Escola e na Empresa, a ser ministrado pela Faculdade Metropolitana de Camapuã, mantida pela Associação Educativa e Cultural de Camapuã, com sede na cidade de Camapuã, Estado da Bahia, com oitenta vagas totais anuais, distribuídas equitativamente em duas turmas de quarenta alunos, nos turnos vespertino e noturno, conforme consta do Processo nº 23001.000185/98-16".

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 433/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização para o funcionamento do curso de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado pela Faculdade Compacto de Ciências Gerenciais, mantida pelo Instituto Compacto de Ensino Superior e Pesquisa, na região administrativa X - Guarã, Distrito Federal, com cem vagas totais anuais, em duas turmas de cinquenta alunos, no turno noturno, conforme consta do Processo nº 23000.007968/96-41.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 506/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento, pelo prazo de três anos, do curso de Tecnologia em Processamento de Dados, ministrado pela Faculdade de Engenharia Einstein, mantida pela Associação Limeirense de Educação e Cultura, com sede na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, com oitenta vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23000.006466/97-39.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 503/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que responde consulta formulada pela Universidade Ibirapuera, a respeito do artigo 65 da Lei nº 9.394/96, sobre as normas para realização dos estágios supervisionados dos alunos regularmente matriculados no ensino médio e superior, conforme consta do Processo nº 23033.000510/98-19.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação nº 444/98, favorável à inclusão da disciplina História no Ensino Fundamental e Médio no registro de professor de Geraldo Ramos Calado, conforme consta do Processo nº 23000.000612/98-67 e 23120.002091/97-44.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 443/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que responde consulta formulada pela Fundação Educacional Severino Sombra, sobre criação de cursos sequenciais, conforme consta do Processo nº 23001.000139/98-07.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA o Parecer nº 443/98 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que responde consulta formulada pela Fundação Educacional Severino Sombra, sobre criação de cursos sequenciais, conforme consta do Processo nº 23001.000139/98-07.